

Promovendo doações transfronteiriças sem obstáculos

Documento sobre a política

Sumário:

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 1 |
| 2. Restrições crescentes | 2 |
| 3. Tipos de restrições | 2 |
| 4. Fatores que impulsionam as restrições | 4 |
| 5. Restaurar a confiança e promover a parceria | 5 |
| 5.1 Estudo de caso sobre a Nigéria | 6 |
| 5.2 Estudo de caso sobre a Turquia | 7 |
| 5.3 Estudo de caso sobre o Reino Unido | 8 |
| 6. Lições aprendidas ao retirar restrições transfronteiriças | 8 |
| 7. Recomendações | 10 |
| 7.1 Governos que revisam a estrutura legislativa nacional para regular a filantropia local | 11 |
| 7.2 Governos que fornecem recursos internacionais para parceiros de cooperação para o desenvolvimento | 12 |
| 7.3 Filantropia que fornece recursos além das fronteiras internacionais | 13 |
| 7.4 Filantropia local, sociedade civil e atores do setor privado em parceria com governos | 13 |
| 8. Fontes | 14 |

1. Introdução

Receber e utilizar recursos financeiros é o meio para a sociedade civil operar e implementar atividades em prol de um mundo mais justo, inclusivo e sustentável. A filantropia independente e capacitada, portanto, é fundamental para o apoio ao papel da sociedade civil no ecossistema social e democrático de qualquer país. Logo, as doações filantrópicas sem obstáculos são a chave para abordar os desafios críticos que nosso planeta enfrenta, incluindo clima, democracia e recuperação da pandemia. Como o ex-secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon explicou em “[Talking Philanthropy 2021](#)”, a filantropia tem um papel importante a desempenhar para ajudar a preencher a lacuna em nossos esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). “Reconstruir melhor”, “Não deixar ninguém para trás” e a Agenda 2030 podem, em última análise, depender da capacidade da filantropia de fornecer fluxos de recursos alternativos adicionais para implementar os ODS. De acordo com o [atual secretário-geral da ONU](#), António Guterres, o sistema global de financiamento do desenvolvimento precisa de uma reforma para funcionar melhor para os vulneráveis, não apenas para os poderosos. A construção de um desenvolvimento de baixo para cima, liderado localmente, dependerá da constituição de um ecossistema de financiamento local sustentável que fornecerá investimento social orientado pela comunidade.

Há restrições crescentes às doações transfronteiriças que apoiam a sociedade civil local e a construção do ecossistema filantrópico, no entanto, isso representa grandes obstáculos à filantropia em todo o mundo. Os bancos centrais nacionais bloqueiam doações de fundações internacionais para fundações comunitárias locais e organizações filantrópicas nacionais. Os beneficiários em nível nacional estão sobrecarregados com o cumprimento de regulamentações burocráticas para acessar financiamento estrangeiro. Por vezes, as fundações locais não têm permissão para existir legalmente, abrir uma conta bancária ou obter autorização para receber fundos de fontes do exterior. As comunidades diaspóricas ficam impossibilitadas de enviar apoio para escolas, hospitais e outros projetos vitais em seu país de origem. Todos esses fatos são sintomas da falta de um ambiente propício.

A WINGS acredita que as doações transfronteiriças devem ser estimuladas e não impedidas pelos governos. Os fluxos financeiros filantrópicos entre os países devem receber tanta atenção e apoio quanto os fluxos internacionais de investimento estrangeiro direto realizados por empresas multinacionais e investidores. A melhor abordagem é construir entendimento e confiança com os governos por meio do processo de construção de relacionamento para parcerias positivas com a filantropia para lidar com a regulamentação excessiva de doações internacionais. A WINGS aspira facilitar esse processo de mudança.

O público ao qual este documento de política se destina é constituído, principalmente, por entidades filantrópicas nacionais e internacionais que encontram um ambiente restritivo para doações transfronteiriças. Os membros da WINGS devem usar este documento de política e uma iniciativa de capacitação que o acompanha para pensar estrategicamente em responder a um contexto não ideal. A WINGS também fornece recomendações a governos e autoridades financeiras sobre como podem promover reformas políticas de regulamentos que atualmente desincentivam ou proíbem a colaboração internacional entre entidades filantrópicas em todo o mundo.

A WINGS está pronta para fornecer assistência técnica a todos os governos que desejam construir um ecossistema local catalisador que libera o potencial da filantropia local e construir uma comunidade de governos com exemplos de melhores práticas na promoção de um ambiente favorável.

2. Restrições crescentes

Por vezes, a questão do financiamento filantrópico transfronteiriço pode parecer um assunto meramente técnico financeiro. Porém, também é um direito humano fundamental, conforme estabelecido no artigo 20 da [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) e o artigo 22 do [Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos](#). Esse direito à liberdade de associação inclui a capacidade de buscar, receber e utilizar recursos – humanos, materiais e financeiros – de fontes nacionais, estrangeiras e internacionais, de acordo com [especialistas da ONU](#). A plataforma global de sociedade civil CIVICUS [define](#) “espaço cívico” como as liberdades de expressão, associação e reunião pacífica. Nesse sentido, todos os indivíduos e organizações devem poder exercer o direito de mobilizar e aceitar recursos financeiros e humanos como parte essencial dessa liberdade de associação. Doações transfronteiriças são, portanto, um direito humano.

O [Índice Global do Ambiente de Filantropia](#) (2022) confirmou que os fluxos filantrópicos transfronteiriços diminuíram, mesmo quando alguns países se tornaram mais prósperos e os residentes, presumivelmente, tinham mais renda disponível para doar para instituições beneficentes no exterior e localmente. No entanto, embora as doações por filantropia privada – fundações, corporações e indivíduos – tenham crescido em todo o mundo entre 2018 e 2020, cerca de um terço dos 91 países e economias estudados apresentaram um ambiente restritivo para fluxos filantrópicos transfronteiriços. Dezenas de países adotaram regulamentos para limitar as doações transfronteiriças, apesar do reconhecimento, nos últimos anos, da importância da filantropia global durante a pandemia do Covid-19.

Os regulamentos de combate à lavagem de dinheiro e as preocupações relacionadas à segurança resultaram em uma “[bola de neve](#)” de [restrições legais](#) aplicáveis às transações transfronteiriças/ internacionais que restringem o acesso de organizações locais a fundos internacionais e concessão de doações, bem como, doações diaspóricas. Como um fenômeno mundial que afeta muitos países, isso impactou, particularmente, as atividades de defesa e direitos humanos da sociedade civil em todo o mundo, prejudicando o exercício dos direitos de expressão, reunião e associação.

3. Tipos de restrições

A WINGS e o Centro Internacional de Direito para o Setor Sem Fins Lucrativos (International Center for Not-for-Profit Law - ICNL) criaram [uma lista de verificação](#) para ajudar as organizações filantrópicas a decidir onde se engajar para melhorar o ambiente legal. Obstáculos comuns incluem governos que exigem aprovação oficial prévia (do provedor ou organização beneficiária) para receber financiamento internacional, como nos seguintes países: [Egito](#), [Índia](#), [Nepal](#), [Sri Lanka](#), [Paquistão](#) e [Tunísia](#). A [Venezuela](#), por exemplo, adotou leis que proíbem ou restringem organizações sem fins lucrativos que protegem os direitos políticos de receber qualquer tipo de financiamento estrangeiro. O [Brasil](#) requer autorização do governo para receber ou fazer doações.

Outros governos limitam o montante de financiamento estrangeiro permitido, restringem as atividades realizadas com financiamento internacional e impõem requisitos onerosos de relatórios sobre atividades ou desembolsos por meio de leis de segurança excessivamente amplas justificadas por preocupações com antiterrorismo e o combate à lavagem de dinheiro. O [Zimbábue](#) e a [Nicarágua](#) dificultaram o acesso a financiamento estrangeiro, forçando as organizações sem fins lucrativos a reduzir suas

atividades ou renunciar completamente ao financiamento estrangeiro. O Nepal controla com rigor como o financiamento estrangeiro é usado. As organizações nepalesas sem fins lucrativos devem receber [aprovação governamental](#) antes de aceitar financiamento estrangeiro. Se a aprovação for concedida, uma organização deve firmar um acordo geral com o governo antes de usar qualquer financiamento recebido. As organizações sem fins lucrativos devem gastar 60% do financiamento recebido em projetos de infraestrutura ou fornecimento de bens e serviços, o que limita o acesso a financiamento internacional externo para grupos conduzirem projetos de direitos humanos ou democracia.

Obstáculos excessivamente burocráticos foram criados para dificultar o financiamento transfronteiriço. A [Índia](#) foi colocada na “[Lista de Observação](#)” da CIVICUS em parte devido ao seu [labirinto de restrições legais e regulatórias](#) definido por várias agências com autoridade regulatória sobre organizações sem fins lucrativos, criando enormes barreiras de requisitos de compliance. A [Suprema Corte indiana decidiu](#) em abril de 2022 que as organizações sem fins lucrativos não têm direito de acessar financiamento estrangeiro, mantendo restrições onerosas sobre subconcessão, despesas administrativas e bancárias. Isso levou a ataques e prisões em muitas organizações sem fins lucrativos.

Na América Latina, os governos veem cada vez mais as organizações filantrópicas como adversárias. Em países como [Brasil, Chile, Peru e Venezuela](#), regras complexas para dar e receber fundos refletem o [aumento da hostilidade na região](#). Geralmente, essa hostilidade é relacionada aos fluxos transfronteiriços. Esses países exigem várias etapas (chamado sistema de colcha de retalhos) para acessar recursos internacionais com altos custos processuais e burocráticos e uma lista limitada de fins filantrópicos reconhecidos. Por exemplo, o [México](#) impõe um processo de diligência excessivamente burocrático e oneroso ou requisitos de relatórios para receber financiamento internacional.

Em termos gerais, embora a situação da filantropia continue favorável no [Canadá, nos Estados Unidos](#) e na [Europa ocidental](#), governos como da França, da Alemanha e da Bélgica, por vezes, dificultam o recebimento ou envio de financiamento ao exterior. Tanto a nível nacional como da União Europeia, [requisitos de relatórios onerosos](#), particularmente no [sul da Europa](#), com o objetivo de abordar questões de lavagem de dinheiro e terrorismo, criam obstáculos para a filantropia que opera além das fronteiras. Outro exemplo é a [ausência de uma política](#) que permita doações transfronteiriças e isenções fiscais dentro da UE. O futuro do [ambiente político e cultural é incerto, pois o populismo de direita](#), em toda a Europa, também desempenha um papel potencialmente mais significativo na definição de leis de financiamento restritivas.

Observando mais amplamente a vizinhança europeia, as fundações na [Turquia](#) devem notificar as autoridades ao receber ou usar financiamento estrangeiro. Ao arrecadar fundos ao nível nacional, devem solicitar uma permissão separada e individual para cada atividade de arrecadação de fundos, incluindo arrecadação de recursos online. A legislação turca impõe [sanções desproporcionais](#), incluindo multas e prisão, por violações da lei, como a duplicação das [multas administrativas para campanhas de arrecadação de dinheiro off-line não-autorizadas](#). Na [República do Quirguizistão](#), se promulgado, um projeto de lei sobre representantes estrangeiros criaria requisitos onerosos para todas as organizações não-comerciais (NCOs), incluindo organizações sem fins lucrativos estrangeiras. A lei proposta obrigará as organizações que recebem financiamento estrangeiro a se registrarem como “representantes estrangeiros” e criará responsabilidade criminal para aquelas que não o fizerem.

O financiamento transfronteiriço de organizações sem fins lucrativos e, especialmente, de direitos humanos e organizações de vigilância, pode estar sujeito à retórica hostil do governo em vários países. A [Rússia](#) promulgou legislação de “agentes estrangeiros” ou ataques de reputação de “terceira força” para estigmatizar organizações sem fins lucrativos com financiamento estrangeiro. Todas as fundações

ou associações acima de um limite baixo devem se identificar como “organizações com financiamento estrangeiro” em seus sites, publicações e materiais de imprensa. Na Croácia, Hungria e Eslovênia, [campanhas de difamação](#) visaram a sociedade civil que critica o governo, bem como, aqueles que fornecem financiamento à sociedade civil.

4. Fatores que impulsionam as restrições

Os argumentos frequentemente apresentados pelos governos para justificar as restrições à filantropia transfronteiriça se enquadram em várias categorias. A soberania e a segurança estão no topo da lista, mas a falta de compreensão, regras ou accountability mútua também são fatores de desconfiança e excesso de regulamentação.

Uma [crescente cautela governamental em relação ao financiamento estrangeiro](#) resultou no uso do argumento da soberania nacional contra atores externos que procuram influenciar assuntos em um determinado país e também colocou sob suspeita as organizações da sociedade civil, incluindo fundações locais. Isso poderia explicar algumas das táticas dos governos que veem ameaças políticas no trabalho da sociedade civil. Nesse contexto, a filantropia pode fazer escolhas com base não nas necessidades de desenvolvimento, mas no que é mais seguro para seu relacionamento com o governo. No [mundo árabe](#), atores visíveis e conceituados do setor filantrópico acham mais seguro financiar e investir nos espaços que o governo tolera. Investir em espaços considerados “ameaçadores” ou indesejáveis pelo regime pode acarretar riscos políticos.

A pressão internacional para reduzir os fluxos financeiros ilícitos pode levar a requisitos regulatórios onerosos que limitam o acesso financeiro devido à legislação de segurança adotada em nome do combate a lavagem de dinheiro ou ao financiamento do terrorismo (CFT). Essas leis são frequentemente adotadas para aderir à Recomendação 8 do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI /FATF) que, no passado, identificava o setor da sociedade civil como propenso à lavagem de dinheiro. Nos últimos anos, o GAFI reconheceu que a Recomendação 8 causou “consequências não intencionais” na forma de restrições à sociedade civil ou foi deliberadamente usada para justificar restrições excessivas para minar a independência da sociedade civil, incluindo fundações e outras entidades filantrópicas. O GAFI revisou o texto da Recomendação 8 e agora pressiona os governos a conduzirem negociações justas e [avaliações de risco](#) imparciais sobre o potencial de lavagem de dinheiro por meio de organizações da sociedade civil e pede aos países que “identifiquem, avaliem e compreendam” quaisquer riscos potenciais à segurança.

Com a falta de regulamentação financeira governamental objetiva, o setor bancário pode acabar impondo seus próprios requisitos excessivos de diligência devida relacionados a uma preocupação subjacente sobre lavagem de dinheiro e “diligência do setor bancário”. Quando os governos falham em estabelecer regulamentos para receber ou fazer transferências transfronteiriças, as decisões são deixadas para os bancos escolherem arbitrariamente quais organizações podem abrir contas e quais são “[consideradas arriscadas](#)” e não podem receber financiamento. Isso fez com que os bancos se tornassem guardiões do financiamento internacional, atrasando transferências de fundos para ações beneficentes, congelando contas ou mesmo cancelando serviços bancários para organizações da sociedade civil.

Muitas vezes, o que causa esses problemas são equívocos. As autoridades falham em entender por que a promoção de doações transfronteiriças é importante ou reconhecer o impacto potencial da contribuição da filantropia local para as metas de desenvolvimento nacionais. A falta de dados e evidências resulta em [potencial limitado à filantropia](#) para envolver, colaborar ou cofinanciar questões-chave descritas na Agenda 2030, juntamente com outros atores que trabalham em países em desenvolvimento e emergentes. Sem dados sobre [o valor da doação filantrópica no que tange aos ODS](#) ou transparência suficiente sobre o impacto das doações, mal-entendidos e suposições sobre as motivações podem crescer.

A falta de accountability mútua de organizações sem fins lucrativos, incluindo filantropia local perante os governos, pode criar uma percepção de riqueza externa privilegiando injustamente algumas causas ou contribuindo para a crítica governamental que vê interferência geopolítica. Portanto, “a transparência é a melhor política de segurança”, como dizem algumas organizações sem fins lucrativos em países com espaço cívico reduzido.

Por que a transparência e a accountability são importantes? Fortes evidências mostram que elas levam a [maior eficácia](#) quando as organizações filantrópicas são respeitadas e apreciadas de modo que são mais capazes de operar sem medo de atenção negativa do público e da mídia ou do escrutínio injustificado do governo.

5. Restaurar a confiança e promover a parceria

Soluções que melhoram a comunicação e a confiança entre o Estado e a sociedade civil criam um ambiente propício e um papel catalisador para a filantropia na canalização de recursos para atores de desenvolvimento local. No Quênia, por exemplo, instituições filantrópicas e outras organizações de investimento social, como filantropos de risco, investidores sociais, investidores de impacto e outros, desempenharam um papel importante no esforço coordenado para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A SDG Partnership Platform atua como um veículo para a construção de uma parceria confiável com os governos. Foi criada [no Quênia](#) com o governo e vários parceiros locais como resultado de diálogos para formar uma bem-sucedida [aliança local de fundações](#). Como resultado dessa mobilização, a [SDG Philanthropy Platform](#) está envolvida em processos governamentais para estabelecer planos de desenvolvimento em nível distrital. Ademais, canalizou fundos para apoiar a implementação das prioridades de desenvolvimento do Quênia.

Na América Latina, a Coalizão de Organizações Sem Fins Lucrativos (NPO), vinculada ao GAFI, consolidou sua colaboração com o órgão regional de combate à lavagem de dinheiro ao [coletar e apresentar informações sobre medidas internas de mitigação adotadas por organizações sem fins lucrativos](#), como boas práticas de gestão financeira, códigos de conduta externos e diligência de doadores e padrões de governança. O diálogo construtivo pode ser alcançado por meio da documentação e divulgação das medidas de transparência e accountability adotadas por organizações da sociedade civil, incluindo entidades filantrópicas.

Os estudos de caso a seguir mostram como os desafios impostos pelas restrições aos fluxos transfronteiriços de filantropia foram superados com sucesso:

- Na [Nigéria](#), o grupo da sociedade civil Spaces for Change contribuiu para vários anos de diálogo construtivo e envolvimento com as autoridades nacionais. Os compromissos levaram ao afrouxamento das regulamentações da sociedade civil adotadas em nome do combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
- Na [Turquia](#), a sociedade civil trabalhou com a comunidade internacional no GAFI e na ONU para garantir que o governo soubesse que há monitoramento da restritiva política de filantropia do país.
- No [Reino Unido](#), uma nova regulamentação onerosa, inspirada por temores de riscos de lavagem de dinheiro, colocou em risco os destinatários de doações internacionais ao exigir a divulgação de suas identidades. As fundações foram bem-sucedidas ao questionar a lei. Elas criaram uma coalizão para incidência, conscientizaram seus membros, e apresentaram um desafio legal a uma nova lei.

■ 5.1 Estudo de caso sobre a Nigéria

As organizações da sociedade civil na Nigéria não são mais obrigadas a apresentar relatórios complicados de acordo com a Lei 202 sobre Lavagem de Dinheiro (Prevenção e Proibição) do país e a Lei 2022 contra o Terrorismo (Prevenção e Proibição). Uma emenda recente significou que as ONGs nigerianas foram retiradas da lista de Instituições Não Financeiras Designadas (DNFIs) e, portanto, não são mais consideradas entidades subordinadas ou obrigadas reportar informações financeiras.

Essa vitória veio do engajamento sustentado com o governo e foi reforçada pela incidência baseada em evidências. O [Spaces for Change](#) abriga o Grupo de Ação sobre Espaço Cívico Livre na Nigéria que é composto por [47 organizações da sociedade civil](#). O Spaces for Change produz muitos resumos de políticas, boletins informativos, comunicados à imprensa e publicações. Publicado em 2019 pela coalizão, o relatório de pesquisa [Explicando a Construção Oficial de Riscos e Vulnerabilidades para o Terceiro Setor na Nigéria](#), foi o avanço necessário para convencer as autoridades governamentais. Esse estudo mostrou que os riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo pela sociedade civil eram exagerados.

As organizações da sociedade civil também se engajaram com [avaliadores externos internacionais](#) durante a visita do GAFI ao país, e usaram a pressão regional ao se reunir com uma delegação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) vinculada ao Grupo Intergovernamental de Ação contra a Lavagem de Capitais em África (GIABA), órgão regional do GAFI. Indo além de suas fronteiras, o grupo foi à Áustria para uma reunião em 2019 para compartilhar suas observações sobre o efeito dessas restrições inspiradas no GAFI com a reunião anual do Fórum Consultivo do Setor Privado (PSCF) do GAFI. Lá, a sociedade civil contribuiu para [uma sessão sobre Orientação para Avaliação de Riscos](#), convencendo ainda mais a organização internacional a exercer influência internacional para a mudança.

■ 5.2 Estudo de caso sobre a Turquia

Na Turquia, a sociedade civil cooperou com organizações internacionais, como a Philea, o European Centre for Non-For-Profit Law Stichting (ECNL) e a ONU para influenciar uma mudança na implementação governamental de uma “Lei de Prevenção do Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa”, promulgada em dezembro de 2020. Essa lei impôs diversas restrições à liberdade de associação, abrindo espaço para novas restrições à arrecadação de fundos, destituição do cargo e suspensão das atividades de organizações da sociedade civil.

A sociedade civil turca reagiu fortemente contra esta lei emitindo declarações conjuntas e por meio de compromissos com funcionários do governo. Uma coalizão global da sociedade civil fez declarações e submissões abrangentes, o que ajudou a fazer com que a voz nacional fosse ouvida com mais força pelo GAFI e outros tomadores de decisão internacionais.

A sociedade civil expressou sua voz coletiva na forma da [Carta da Coalizão de Organizações Sem Fins Lucrativos](#) endereçada ao Secretariado do GAFI. O resultado da carta e demais atividades de incidência nacionais e internacionais ficou evidente na plenária de 2021 do GAFI. A Turquia foi colocada na [“lista cinza”](#). Isso significa que o GAFI aumentou seu monitoramento da situação devido a [“deficiências estratégicas”](#) nas políticas da Turquia. O GAFI não identificou preocupações quanto às legislações da Turquia sobre lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo ou financiamento da proliferação. Contudo, [autoridades foram advertidas](#) de que “o GAFI continua a monitorar a supervisão do setor de organizações sem fins lucrativos pela Turquia” e pediu “... medidas para garantir que a supervisão não interrompa ou desencoraje atividades legítimas de organizações sem fins lucrativos, como a captação de recursos”.

A Fundação do Terceiro Setor da Turquia (TUSEV), com o apoio da ECNL, detalhou como a lei turca deixa de cumprir a Recomendação 8 do GAFI em um [relatório detalhado](#). A TUSEV define seu papel como o de promover o diálogo sobre a proteção da sociedade civil “enquanto desenvolve soluções mutuamente benéficas para todas as partes interessadas por meio de participação e colaboração significativas”. O relatório cristalizou críticas externas, como [uma declaração da ONU](#). Segundo a ONU, a lei regulou severamente a sociedade civil e “envia uma mensagem às organizações sem fins lucrativos e aos defensores dos direitos humanos de que eles correm risco se continuarem com suas atividades”.

Depois de receber manifestações de preocupação da sociedade civil, o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa aumentou a pressão sobre o governo para abster-se de continuar a aplicar a Lei. O Comissário havia publicado anteriormente o [relatório sobre a Turquia](#) apelando ao governo para reduzir os efeitos adversos dos decretos de emergência em relação às ONGs. Em outra carta pública, o Comissário reclamou que “...o governo parece engajado exatamente na direção oposta, ampliando o catálogo de ferramentas que pode usar para atingir ainda mais organizações da sociedade civil e defensores dos direitos humanos e suas atividades legítimas e legais”.

A pressão internacional não conseguiu abrir espaço para a sociedade civil, mas alertou as autoridades turcas de que seus esforços para interromper o fluxo de recursos para a sociedade civil estão sendo observados de perto. No entanto, o governo adotou uma nova legislação em outubro de 2022 que visa [censurar conteúdo online](#) e silenciar opiniões divergentes tanto online, quanto offline em nome da redução das supostas “fake news”. Apesar disso, as vozes internacionais que se manifestam quando a crítica política doméstica é criminalizada continuam sendo um dos poucos canais que restam para a sociedade falar a verdade ao poder.

■ 5.3 Estudo de caso sobre o Reino Unido

O Padrão de Relatório Comum (Common Reporting Standard - CRS) é um padrão internacional de transparência tributária acordado entre os 38 países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Destina-se a reduzir a evasão fiscal de pessoas físicas e jurídicas. [Sem consulta prévia](#), no entanto, as autoridades fiscais do Reino Unido começaram a aplicar este regulamento da OCDE ao setor filantrópico em janeiro de 2016.

Sob os requisitos onerosos, [muitas instituições e fundações beneficentes foram obrigadas a relatar todos os dados de residência fiscal \(cidadania\) de todos os beneficiários e doadores](#) que seriam posteriormente compartilhados com países terceiros, fechando potencialmente o espaço da sociedade civil. A ameaça era que alguns países participantes poderiam adotar leis para identificar e impedir esse financiamento estrangeiro porque mais informações sobre doadores do exterior seriam expostas. A concessão de subsídios para ativistas de direitos humanos foi ameaçada por esse monitoramento desproporcional, embora a avaliação oficial de que o risco de instituições beneficentes serem usadas para evasão fiscal seja baixa.

A Associação de Fundações Benéficas no Reino Unido (ACF) [criou uma coalizão de organizações como uma voz forte para o setor](#) para chamar a atenção para a questão e influenciar os principais atores políticos e governamentais. A ACF desenvolveu material informativo para seus membros para conscientizá-los sobre os novos requisitos e contratou um escritório de advocacia respeitado para fazer uma objeção jurídica estratégica à lei. Após um ano de envolvimento com as autoridades fiscais do governo, a AFC foi bem-sucedida ao reduzir a pesada burocracia do regulamento. O impacto da incidência da AFC significou uma redução no número de fundações e instituições beneficentes vinculadas aos requisitos dos relatórios. O diálogo com o governo levou à adoção de salvaguardas razoáveis para proteger as identidades de indivíduos vulneráveis em outros países que recebem doações diretas.

6. Lições aprendidas: eliminando restrições transfronteiriças

A WINGS trabalha com seus membros para enfrentar os desafios impostos pelas restrições excessivas à filantropia transfronteiriça. Nós apoiamos [pesquisas sobre os marcos legais](#) na América Latina e no Caribe para organizações sem fins lucrativos, realizamos [sessões de treinamento](#) específicas na América Latina e no mundo sobre as regras do GAFI, representamos a filantropia para a consulta à sociedade civil do GAFI por meio da [Coalizão de Organizações Sem Fins Lucrativos](#) em parceria com a Philea e criamos campanhas de conscientização e debates dentro do Enabling Environment Working Group da WINGS (grupo de trabalho sobre criação de um ambiente favorável para a filantropia).

Algumas das experiências dos membros da WINGS em poderosas iniciativas de incidência ilustram lições evidentes a serem aprendidas ao enfrentar o encolhimento do espaço civil e a capacidade restrita das fundações de fornecer recursos à sociedade civil. Elas ecoam as sugestões levantadas nas discussões dentro do Enabling Environment Working Group da WINGS e sua Força-Tarefa sobre Restrições Transfronteiriças.

É importante **vincular as discussões sobre políticas globais e o ambiente nacional propício**. Isso pode ser usado para criar um ambiente favorável para enfrentar desafios críticos do espaço cívico, como restrições regulatórias à filantropia transfronteiriça. A abertura para fluxos financeiros filantrópicos globais pode ser uma questão transversal com outras causas importantes, incluindo a promoção da democracia, o enfrentamento às mudanças climáticas e uma recuperação da pandemia que “não

deixe ninguém para trás”. Fundações e organizações da sociedade civil podem defender um ambiente favorável à filantropia e à liberdade de associação durante as reuniões globais da ONU, como a Revisão Periódica Universal da ONU dos registros de direitos humanos dos países ou a revisão anual do Objetivo 17 do Fórum Político de Alto Nível da ONU que promove parcerias globais para fortalecer a implementação do desenvolvimento sustentável.

A Cúpula do G7 adotou duas fortes declarações em [2021](#) e [2022](#) afirmando a importância de proteger o espaço cívico e sociedades civis diversificadas, independentes e pluralistas para criar um ambiente propício para parcerias inclusivas. O G20 mantém fóruns de diálogo com governos e Forças-tarefa, como a do Financiamento dos ODS sob a Presidência da Indonésia no G20 em 2022. Essa força-tarefa produziu [uma chamada para ação da política](#) ao G20 para garantir que os países priorizem “o fortalecimento do ecossistema filantrópico... para permitir que contribuam para alcançar os ODS”.

A nível nacional, **processos globais podem criar espaços nacionais para continuar o diálogo** sobre restrições regulatórias sobre doações transfronteiriças com funcionários do governo. Os [Diálogos de Ação Nacionais](#) da Global Partnership for Effective Development Cooperation (GPEDC) incluem diálogos com várias partes interessadas em nível de país. Se levados a sério por um governo, esses diálogos podem **criar o espaço para a sociedade civil se envolver com suas contrapartes oficiais** no governo de forma significativa, fortalecer as parcerias da sociedade civil e permitir o engajamento filantrópico no planejamento nacional para o desenvolvimento. O tema da Cúpula de Alto Nível de dezembro de 2022 foi “Reconstruir a confiança” por meio de [abordagens que facilitem a construção de parcerias](#). Os governos da Cúpula de 2022 assumiram um compromisso político em seu [documento final](#) de monitorar o ambiente propício para a sociedade civil e realizar Diálogos de Ação nacionais sobre parcerias eficazes para o desenvolvimento. A adoção unânime pelos governos na Cúpula torna o Documento Final **um padrão internacional informal** para um ambiente favorável. Trata-se de um documento que pode ser citado como uma razão para reformar a política nacional.

Os mecanismos de revisão podem ser uma oportunidade para a sociedade civil melhorar os relacionamentos e levantar com os governos as ações-chave recomendadas para melhorar o ambiente favorável às organizações sem fins lucrativos. Os mecanismos de revisão podem incluir aqueles estabelecidos pelas Nações Unidas para a coordenação e parceria para implementar os ODS, bem como, aqueles a nível nacional, como Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs) e Estruturas Nacionais de Financiamento Integradas (INFFs).

Por vezes, os pontos de entrada nas discussões são encontrados em trocas nacionais com foco mais restrito que podem lidar com restrições em ambientes operacionais. Isso pode incluir discussões sobre áreas temáticas específicas, como anticorrupção, governança digital e direitos humanos. Cada contexto é único para a situação de um país. Portanto, requer ação estratégica e política a nível nacional para encontrar o ponto de partida certo para construir confiança.

A Open Government Partnership (OGP) está promovendo compromissos de reforma positivos e rechaçando o uso do discurso de combate à lavagem de dinheiro para regulamentar excessivamente a sociedade civil. A co-criação dos planos de ação nacionais da OGP entre o governo e o desenvolvimento da sociedade civil também criam espaço para a sociedade civil discutir as dificuldades de acesso a financiamento estrangeiro criadas por requisitos operacionais e de relatórios onerosos para doações internacionais. Em fevereiro de 2022, [46 governos membros da OGP assumiram 117 compromissos](#) para abrir espaço cívico, sendo que [quase um terço](#) desses compromissos estão relacionados à liberdade de associação. A [análise da OGP](#) constatou que, em países onde o contexto político mais amplo pode ser desafiador, a sociedade civil usa a OGP como um espaço para continuar o diálogo sobre políticas com funcionários do governo.

Construir uma coalizão para a reforma legal para uma liberdade de associação irrestrita pode ser essencial para o progresso, como visto no estudo de caso do Reino Unido. A liderança política de alto nível em relação a essas questões de espaço cívico é vital. Porém, o aprendizado entre funcionários públicos de nível médio e outros aliados intersetoriais é igualmente importante. A **comunidade empresarial nacional** pode fornecer modelos úteis sobre como os fluxos de recursos externos podem ser benéficos. Outros aliados do setor privado, como **bancos de desenvolvimento e multinacionais**, têm experiência em negociar com governos para trazer fluxos livres de capital para um país, como Investimento Estrangeiro Direto (FDI), que a maioria dos governos valoriza. A pesquisa do grupo de reflexão empresarial progressista [The B Team](#) mostra que “países com maiores graus de respeito pelos direitos cívicos obtêm maiores taxas de crescimento econômico, bem como maiores níveis de desenvolvimento humano”. **Sindicatos, parlamentares e até funcionários do governo local** podem unir forças com a filantropia para promover reformas que abram o país para doações transfronteiriças e apoiar doações filantrópicas de populações diaspóricas que vivem no exterior.

Por fim, a experiência indica que muita credibilidade é conquistada ao criar evidências na forma de estudos, análises legais e estudos de caso para mostrar que os fluxos transfronteiriços irrestritos beneficiam o desenvolvimento. Um diálogo com especialistas técnicos dentro do Ministério da Fazenda ou da Unidade de Inteligência Financeira de um governo pode começar com um tom positivo utilizando as melhores práticas e exemplos de regulamentos em outros países que simplificam e reduzem exigências legais e restrições que impedem fluxos filantrópicos irrestritos. Na Europa, por exemplo, a [Noruega](#) e a [Ucrânia](#) estão empenhadas em facilitar os procedimentos para o estabelecimento de associações e simplificar os requisitos de relatórios para organizações da sociedade civil que recebem financiamento do exterior. Conforme descrito acima, a sociedade civil ganhou uma reforma legal na Nigéria ao fornecer análises e avaliações objetivas de que o risco de lavagem de dinheiro entre a sociedade civil era muito menor que se pensava anteriormente.

7. Recomendações

Por vezes, passam-se décadas até que os governos cheguem a um acordo sobre tratados multilaterais, mesmo quando há necessidade de chegar a acordos sobre temas políticos complexos ou controversos, como a mudança climática e o espaço cívico. Na ausência de regulamentação global formal, os governos têm autonomia para criar suas próprias estruturas legais sobre o ambiente propício para a sociedade civil, incluindo a filantropia. Muitas vezes, não há ação. Logo, cria-se um vácuo na regulamentação aplicada a critério dos agentes públicos. Isso também produz procedimentos menos favoráveis devido à falta de compreensão da filantropia.

Nos últimos anos, houve uma maior inclusão na definição de normas de trabalho para regular o comportamento da sociedade civil. Governos, organizações sem fins lucrativos, fundações privadas, o setor empresarial e outros atores criaram padrões de “soft law” – ou seja, instrumentos não-vinculantes, como princípios, códigos de conduta ou declarações – como ponto de referência para o diálogo.

Alguns desses padrões existentes relacionados a doações transfronteiriças incluem declarações do Relator Especial da ONU sobre Liberdade de Reunião e Associação, quem desenvolveu o documento [Princípios gerais sobre a proteção do espaço cívico e o direito de acesso aos recursos](#), bem como observações mais recentes sobre [acesso a recursos](#). A OCDE seguiu orientação inicial sobre a [Proteção e Promoção do Espaço Cívico](#) com o marco [Recomendação do DAC sobre a Capacitação da Sociedade Civil na Cooperação para o Desenvolvimento e na Assistência Humanitária](#).

Trata-se de um esforço relacionado à inclusão de várias partes interessadas, a [Parceria de Busan para Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento](#) é um acordo que funciona como a pedra angular do GPEDC. Na [Reunião de alto nível em Nairóbi](#), em 2016, os países associados ao GPEDC se comprometeram a “promover parcerias público-filantrópicas para o desenvolvimento sustentável; e promover ambientes políticos propícios para o setor de filantropia, incluindo sistemas jurídicos e regulatórios transparentes e eficientes.” Os governos em Genebra, na Suíça, concordaram com um GPEDC de 2022 [Declaração dos Resultados da Cúpula](#) para “...acelerar o progresso no fornecimento de um ambiente propício para a sociedade civil, inclusive em termos legais e regulatórios, de acordo com os direitos acordados internacionalmente”. A CSO Partnership for Development Effectiveness, que representa o setor da sociedade civil no GPEDC, [convocou as partes da Cúpula de 2022](#) para “retratar leis e políticas que limitam a capacidade das organizações da sociedade civil de cumprir seu papel como atores de desenvolvimento, incluindo o acesso a ajuda e financiamento”. A rede da sociedade civil já havia estabelecido princípios em uma [chamada para ação para Belgrado](#) vinculando a plena realização dos ODS a leis e regulamentos favoráveis para toda a sociedade civil.

Outra iniciativa multisetorial inclusiva e global, a Open Government Partnership (OGP), também publicou um [relatório global](#) sobre [liberdade de associação](#) com o intuito de fazer com que os governos membros forneçam à sociedade civil, incluindo a filantropia, acesso irrestrito a benefícios fiscais, contratos estatais e outras fontes de financiamento, incluindo financiamento transfronteiriço.

Vários padrões adotados por doadores bilaterais e ONGs internacionais estabelecem pautas informais para permitir fortes ecossistemas filantrópicos. Convocadas pela ADESO e pelo Centro de Liderança Humanitária, cinco das maiores organizações sem fins lucrativos de ajuda e desenvolvimento anunciaram o documento [Promessa de Mudança](#). Trinta e nove organizações internacionais sem fins lucrativos assinaram a [Carta para Mudança](#) para transformar a própria atuação. Dentre os doadores bilaterais, USAID, Norad e doze outros se tornaram signatários da [Declaração do Doador sobre Apoio ao Desenvolvimento Liderado Localmente](#) para mudar e compartilhar o poder de modo a desenvolver uma abordagem de desenvolvimento mais inclusiva, liderada localmente, cocriada e sustentável. As fundações internacionais não têm um padrão semelhante. Portanto, existe uma lacuna que os líderes filantrópicos e a WINGS devem abordar.

Com base na revisão de normas, princípios e declarações internacionais atuais sobre a regulamentação de doações transfronteiriças e acesso a recursos pela sociedade civil nacional, a WINGS recomenda:

■ 7.1 Governos revisando uma estrutura legislativa doméstica

7.1.1 Apoiar e facilitar o acesso a fundos para atores do espaço cívico adotando [um arcabouço jurídico facilitador](#) para o registro e constituição de associações, fundações e outras entidades filantrópicas, e permitir a existência de associações doadoras não cadastradas.

7.1.2 Assegurar que as associações – registradas e não registradas – possam buscar, receber e usar financiamento e outros recursos de indivíduos, empresas e fundações, nacionais, estrangeiras ou internacionais, sem aprovação prévia ou barreiras desnecessariamente onerosas de tempo, despesas ou procedimentos.

7.1.3 Os governos devem consultar sobre quaisquer medidas que afetem o direito da sociedade civil de buscar, receber e usar financiamento ou quando análises internacionais abordando restrições ao espaço cívico são realizadas sobre lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

7.1.4 Reconsiderar e revogar leis e regulamentos que impõem uma proibição geral de acesso a fundos estrangeiros, relatórios onerosos e burocráticos, obrigações de divulgação pública excessivas e intrusivas ou deslegitimam com rótulos negativos, como “agentes estrangeiros”, para aqueles que recebem ou usam fundos estrangeiros.

7.1.5 Reformar sanções desnecessárias e desproporcionais (incluindo sentenças criminais) para arrecadação ou uso não autorizado de fundos.

7.1.6 Considerar disposições tributárias mais equitativas para as fundações e organizações que recebem receita de financiamento estrangeiro.

7.1.7 Considerar solicitar assistência técnica (da rede WINGS ou em cooperação Sul-Sul com outros governos que se estabeleceram como “campeões de melhores práticas”) ao considerar mudanças na estrutura legal nacional para criar um ambiente mais propício para a filantropia.

■ 7.2 Governos fornecendo recursos internacionais

7.2.1 Alinhar a política externa com os padrões de “soft law” como a [Recomendação do DAC sobre Capacitação da Sociedade Civil](#), emitindo orientações internas específicas para as embaixadas sobre o incentivo a políticas de parceiros nacionais que permitam um ambiente irrestrito para a filantropia.

7.2.2 Procurar dialogar com os governos parceiros de cooperação sobre os princípios e padrões globalmente reconhecidos sobre o direito da sociedade civil ao acesso irrestrito aos recursos, referindo-se a declarações e acordos, como a [Declaração da Cúpula de Genebra de 2022](#) do GPEDC e amplificar as vozes dos atores da sociedade civil, particularmente em contextos restritivos.

7.2.3 Reforçar a coordenação entre a comunidade de governos, referindo-se a avaliações de padrões (como relatórios recentes do Relator Especial sobre os direitos à liberdade de reunião e associação pacíficas) relacionados ao acesso da sociedade civil aos recursos; compartilhar informações e aprendizado institucional para fortalecer parcerias entre financiadores governamentais e privados.

7.2.4 Apoiar a mudança na concessão de doações para financiamento de longo prazo, de fortalecimento institucional e direto ao local, mantendo-se ciente do [Princípio de parceria de Busan](#) de “Apropriação das prioridades de desenvolvimento pelos países em desenvolvimento”, usando estratégias de financiamento flexíveis para ambientes hostis, cocriando prioridades de financiamento e projetos em consulta com a sociedade civil e comunidades afetadas, bem como fazendo um investimento de longo prazo em sistemas básicos de apoio para organizações locais.

7.2.5 Investir apoio financeiro e político para construtores de ecossistemas filantrópicos locais e governos que buscam ajuda técnica e suporte para criar um ambiente mais favorável.

■ 7.3 Filantropia fornecendo recursos além das fronteiras internacionais

7.3.1 Contribuir para o desenvolvimento de ecossistemas locais de apoio à filantropia e organizações filantrópicas de apoio, incluindo apoio a organizações intermediárias que tenham relações estreitas com organizações locais sem fins lucrativos com o objetivo de aumentar a eficácia geral do setor filantrópico e gerar fortes recursos e capacidades locais.

7.3.2 As fundações internacionais devem apoiar uma sociedade civil local vital por meio de doações internacionais diretas, visando, ao menos, igualar os 25% de financiamento direto aos atores locais que os parceiros internacionais de desenvolvimento definiram para si.

7.3.3 Fortalecer as práticas de accountability na sociedade civil e na filantropia, incentivando a transparência e a accountability contínuas dos parceiros locais por meio do diálogo com todas as partes interessadas, incluindo funcionários do governo nacional e local e o setor privado.

7.3.4 Fortalecer a voz do setor filantrópico internacionalmente, regionalmente e nacionalmente, principalmente em países que têm restrições legais sobre fundações e associações locais, de modo a unir esforços coletivos para criar um ambiente propício transfronteiriço.

■ 7.4 Filantropia local, sociedade civil e atores do setor privado em parceria com governos:

7.4.1 Engajar com os governos em esforços de boa-fé para dialogar e demonstrar a contribuição de fundações e associações locais para a realização das metas de desenvolvimento nacional e alcance dos ODS na Estrutura da Agenda 2030.

7.4.2 Interagir de forma significativa com outras partes interessadas setoriais em coalizões para defesa e interação com o governo sobre restrições transfronteiriças à concessão de doações, especialmente quando surgem oportunidades de diálogo em revisões nacionais, como o GPEDC [Diálogos de Ação nacionais](#), o [Mecanismo de Revisão por Pares da OCDE](#), [Planos de ação](#) cocriados pela OGP, [Mecanismo de Relatório Independente \(IRM\)](#), e [Revisão Periódica Universal](#) da ONU. O GAFI também tem um documento de [Revisão de Avaliação Mútua](#) que inclui uma [visita de avaliação no país](#) que reúne as partes interessadas do setor privado e da sociedade civil e as autoridades financeiras públicas.

7.4.3 Antecipar novas oportunidades e ameaças, por exemplo, decorrentes das preocupações do governo sobre as próximas revisões do GAFI que podem desencadear restrições nas doações transfronteiriças justificadas por preocupações com a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. Identificar exemplos de reformas positivas na região que possam servir como uma oportunidade para fornecer um caminho para reformas legais.

7.4.4 A filantropia deve buscar fortalecer a sustentabilidade financeira das organizações da sociedade civil por meio de apoio direto, flexível e previsível, incluindo apoio financeiro e não financeiro básico e/ou baseado em programas que visa auxiliar processos de desenvolvimento duráveis, liderados localmente e de propriedade local.

7.4.5 A filantropia e a sociedade civil podem adotar normas internas, por parte de doadores e beneficiários, sobre transparência e divulgação pública de informações sobre concessão de doações e finanças, com a devida atenção à segurança e confidencialidade dos parceiros no nível local.

7.4.6 Os atores do setor privado que operam a nível nacional devem interpretar sua responsabilidade de respeitar os direitos humanos de maneiras que vão além de simplesmente garantir que suas próprias práticas comerciais não causem ou contribuam para danos aos direitos humanos. Eles podem promover e defender um ambiente propício para a sociedade civil, incluindo acesso irrestrito a recursos e subsídios vindos do exterior.

8. Fontes

Action Group on Free Civic Space in Nigeria, “Members of the Action Group”, acessado em <https://closingspaces.org/members-of-the-action-group/>

Amnesty International, “Tunisia: Looming curbs on civil society must be stopped”, março de 2022, acessado <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/03/tunisia-looming-curbs-on-civil-society-must-be-stopped/>

Asian Centre for Human Rights, “The State of Shrinking Civic Space in India – 2021”, acessado em <https://www.iwgia.org/en/documents-and-publications/documents/publications-pdfs/english-publications/611-achr-state-of-shrinking-civil-space-india-report-2022-eng/file.html>

The B Team, “The Business Case for Protecting Civic Rights”, outubro de 2018, acessado em <http://bteam.niceandserious.com/assets/reports/The-Business-Case-for-Protecting-Civic-Rights.pdf>

Ban Ki-Moon, former Secretary General of the United Nations, Keynote address at the Talking Philanthropy 2021 Asia-Pacific Conference, “Supporting a Philanthropic Ecosystem”, acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=MggG3633hq4>

Center for European Policy Analysis (CEPA), “Talking Turkey: Ankara Punishes Online Dissent”, novembro de 2022, acessado em <https://cepa.org/article/talking-turkey-ankara-punishes-online-dissent/>

Centre for Asian Philanthropy and Society (CAPS), Doing Good Index 2020, “Profiling Asia’s Social Sectors: The Path Forward”, acessado em https://caps.org/work/our-research_doing-good-index-2020

Centro de Filantropía e Inversiones Sociales de la Escuela de Gobierno de la Universidad Adolfo Ibáñez, IUPUI Women’s Philanthropy Institute at Lilly Family School of Philanthropy, and WINGS, “Rules and Incentives: Mapping the Legal Framework for Non-profit Organisations and Philanthropy in Latin America and the Caribbean”, abril de 2022, acessado em <https://wings.issuelab.org/resource/rules-and-incentives-mapping-the-legal-framework-for-non-profit-organisations-and-philanthropy-in-latin-america-and-the-caribbean.html>

Charter for Change, acessado em <https://charter4change.org/>

CIVICUS, Civic Space Monitor, acessado em <https://monitor.civicus.org/whaticivicspace/>

[CIVICUS](https://monitor.civicus.org/IndiaWatchlist2022/), Civic Space Monitor press release, “India added to human rights watchlist as government blocks funding of NGOs and keeps activists behind bars”, março de 2022, acessado em <https://monitor.civicus.org/IndiaWatchlist2022/>

Civil Society Media Limited, “HMRC revises Common Reporting Standard guidance on human rights”, janeiro de 2017, acessado em <https://www.civilsociety.co.uk/news/hmrc-revises-common-reporting-standard-guidance-over-human-rights-implications.html>

Civil Society Media Limited, “HMRC clarifies rules for foundations on ‘red tape outrage’ Common Reporting Standard”, novembro de 2016, acessado em <https://www.civilsociety.co.uk/news/hmrc-clarifies-rules-on-common-reporting-standards-for-charities.html>

Council of Europe, Commissioner for Human Rights Dunja Mijatovic, Country Report following her visit to Turkey from 1 to 5 July 2019, fevereiro de 2020, acessado em <https://rm.coe.int/report-on-the-visit-to-turkey-by-dunja-mijatovic-council-of-europe-com/168099823e>

CSO Partnership for Development Effectiveness, The [Belgrade Call to Action](#), launched in Belgrade, Serbia, abril de 2019, acessado em https://c419de57-e749-4591-9016-5feb763746da.filesusr.com/ugd/9f29ee_66704385293f4a01abee6db59ba9789a.pdf

CSO Partnership for Development Effectiveness, “The Geneva Statement on Building Trust for CSO Enabling Environment”, Announcement at the 2022 Effective Development Cooperation Summit in Switzerland, dezembro de 2022, acessado em https://csopartnership.org/wp-content/uploads/2022/12/EN-Geneva-Statement_10Dec2022.pdf

European Centre for Not-for-Profit Law (ECNL), “UN Special Rapporteurs raise concerns about new counterterrorism law in Turkey”, fevereiro de 2021, acessado em <https://ecnl.org/news/un-special-rapporteurs-raise-concerns-about-new-counterterrorism-law-turkey>

Financial Action Task Force (FATF), “Black and grey” lists”, acessado em <https://www.fatf-gafi.org/en/countries/black-and-grey-lists.html>

Financial Action Task Force (FATF), “Jurisdictions under Increased Monitoring”, outubro de 2022, acessado em <https://www.fatf-gafi.org/en/publications/High-risk-and-other-monitored-jurisdictions/Increased-monitoring-october-2022.html>

Funders Initiative for Civil Society 7 Global Dialogue, “Rethinking civic space in an age of intersectional crises: a briefing for funders,” maio de 2020, acessado em <https://global-dialogue.org/wp-content/uploads/2020/05/FICS-Rethinking-Civic-Space-Report-FINAL.pdf>

Global NPO Coalition on FATF, “Big win in Nigeria: NPOs no longer ‘obliged entities’ under the law”, maio de 2022, acessado em <https://fatfplatform.org/news/nigeria-npos-no-longer-obliged-entities-under-the-law/>

Global NPO Coalition on FATF, “Review of the Turkish Law no. 7262 on the Prevention of Financing of the Proliferation of Weapons of Mass Destruction”, fevereiro de 2015, acessado em https://fatfplatform.org/assets/Global-NPO-Coalition-on-FATF_Turkey-letter.pdf

Global NPO Coalition on FATF, “Risk-Based Approach”, acessado em <https://fatfplatform.org/risk-based-approach/>

Global NPO Coalition on FATF “Turkey: placed on the FATF ‘grey list’ and warned about disproportionate regulation of the NPO sector”, novembro de 2021, acessado em <https://fatfplatform.org/news/turkey/>

Global NPO Coalition on FATF, “Zimbabwe: submission to FATF on proposed restrictive legislative reform measures”, janeiro de 2022, acessado em <https://fatfplatform.org/news/zimbabwe/>

Global Partnership for Effective Development Cooperation, National “Action Dialogues for Effective Development Co-operation,” 2021, acessado em <https://effectivecooperation.org/system/files/2020-12/Action%20Dialogues%202021%20for%20Effective%20Development%20Co-operation%20ENG.pdf>

Global Partnership on Effective Development Cooperation (GPEDC), “Busan Partnership Agreement for Effective Development Co-operation” acessado em <https://www.oecd.org/development/effectiveness/busanpartnership.htm>

Global Partnership on Effective Development Cooperation (GPEDC), “Outcome Document of the High-Level Meeting in Nairobi”, dezembro de 2016, acessado em <https://effectivecooperation.org/system/files/2020-05/Nairobi-Outcome-Documents-English.pdf>

Group of 7 (G-7), “2021 Open Societies Statement”, junho de 2021, acessado em <https://www.consilium.europa.eu/media/50364/g7-2021-open-societies-statement-pdf-355kb-2-pages.pdf>

Group of 7 (G-7), “2022 Resilient Democracies Statement”, junho de 2022, acessado em <https://www.consilium.europa.eu/media/57544/2022-06-27-g7-resilient-democracies-statement-data.pdf>

Group of 20 (G-20) Think 20 (T-20) under the Indonesia presidency, Task Force 9 - Global Cooperation for SDG Financing, “Intensifying philanthropic Participation in SDGs through Strengthening the Ecosystem”, acessado em https://www.t20indonesia.org/wp-content/uploads/2022/08/TF9_Intensifying-philanthropic-participation-in-SDGs-through-strengthening-the-ecosystem-1.pdf

Human Security Collective and European Center for Not-for-Profit Law (ECNL), “At the Intersection of Security and Regulation: Understanding the Drivers of ‘De-Risking’ and the Impact on Civil Society Organizations”, março de 2018, acessado em https://www.hscollective.org/assets/Uploads/Reports/8f051ee3cb/Understanding-the-Drivers-of-De-Risking-and-the-Impact-on-Civil-Society-Organizations_1.pdf

India government Ministry of Home Affairs, “FREQUENTLY ASKED QUESTIONS (FAQs) ON FCRA”, junho de 2012, acessado em https://www.mha.gov.in/PDF_Other/ForeignD-ForeignD-FCRA_FAQs.pdf

Indiana University Lilly Family School of Philanthropy, the [Global Philanthropy Environment Index](https://globalindices.iupui.edu/environment-index/index.html), 2022, acessado em <https://globalindices.iupui.edu/environment-index/index.html>

Indiana University Lilly Family School of Philanthropy, “The 2022 Global Philanthropy Environment Index - Canada & the United States”, acessado em <https://globalindices.iupui.edu/environment-index/regions/canada-united-states/index.html>

Indiana University Lilly Family School of Philanthropy, The 2022 Global Philanthropy Environment Index – Egypt, acessado em <https://scholarworks.iupui.edu/handle/1805/28279>

Indiana University Lilly Family School of Philanthropy, “The 2022 Global Philanthropy Environment Index – Latin America”, acessado em <https://scholarworks.iupui.edu/bitstream/handle/1805/27911/2022GPEILatinAmerica.pdf>

Indiana University Lilly Family School of Philanthropy, The 2022 Global Philanthropy Environment Index – Nepal, acessado em <https://scholarworks.iupui.edu/bitstream/handle/1805/28276/2022GPEINepal.pdf>

Indiana University Lilly Family School of Philanthropy, The 2022 Global Philanthropy Environment Index – Pakistan, acessado em <https://scholarworks.iupui.edu/bitstream/handle/1805/28280/2022GPEIPakistan.pdf>

Indiana University Lilly Family School of Philanthropy, “The 2022 Global Philanthropy Environment Index – Southern Europe”, acessado em <https://scholarworks.iupui.edu/bitstream/handle/1805/27915/2022GPEISouthernEurope.pdf>

Indiana University Lilly Family School of Philanthropy, The 2022 Global Philanthropy Environment Index – Venezuela, acessado em <https://scholarworks.iupui.edu/bitstream/handle/1805/28336/2022GPEIVenezuela.pdf>

Indiana University Lilly Family School of Philanthropy, “The 2022 Global Philanthropy Environment Index – Western Europe”, acessado em <https://scholarworks.iupui.edu/bitstream/handle/1805/27918/2022GPEIWesternEurope.pdf>

International Centre for Not-for-Profit Law (ICNL), “Analysis of the Kyrgyz Republic Draft Law on Foreign Representatives”, janeiro de 2023, acessado em <https://www.icnl.org/post/analysis/analysis-of-the-kyrgyz-republic-draft-law-on-foreign-representatives>

International Centre for Not-for-Profit Law (ICNL) and WINGS, “Assessing the Legal Environment for Civil Society Organizations”, julho de 2019, acessado em <https://wings.issuelab.org/resource/assessing-the-legal-environment-for-civil-society-organizations.html>

International Centre for Not-for-Profit Law (ICNL), “Civic Freedom Monitor- India”, fevereiro de 2023, acessado em <https://www.icnl.org/resources/civic-freedom-monitor/india>

International Centre for Not-for-Profit Law (ICNL), “Civic Freedom Monitor - Nicaragua”, setembro de 2022, acessado em <https://www.icnl.org/resources/civic-freedom-monitor/nicaragua>

International Centre for Not-for-Profit Law (ICNL), “Civic Freedom Monitor – Russia”, agosto de 2022, acessado em <https://www.icnl.org/resources/civic-freedom-monitor/russia>

International Centre for Not-for-Profit Law (ICNL), “Civic Freedom Monitor – Turkey”, outubro de 2022, acessado em <https://www.icnl.org/resources/civic-freedom-monitor/turkey>

International Centre for Not-for-Profit Law (ICNL), “Mapping on Terrorism Financing Risk in Nonprofit Organizations in Member Countries of the Financial Action Task Force of Latin America: A Nonprofit Organization Sector Regional Report – Excerpt”, janeiro de 2021, acessado em <https://wings.issuelab.org/resource/mapping-on-terrorism-financing-risk-in-nonprofit-organizations-in-member-countries-of-the-financial-action-task-force-of-latin-america-a-nonprofit-organization-sector-regional-report-excerpt.html>

Liberties, Rule Of Law Report 2022, “EU Governments Vandalising or Neglecting Their Democracies: Most EU governments are neglecting their democracies”, fevereiro de 2022, acessado em https://www.liberties.eu/en/stories/liberties-rule-of-law-report-2022/43972utm_campaign=ruleoflawreport2022&utm_source=twitter&utm_medium=post&utm_content=rollaunch-220114

London School of Economics and Political Science Department of International Development, Ingrid Srinath, Working Paper Series No.22-206, “COVID-19, Corporatisation and Closing Space: The Triple Threat to Civil Society in India”, março de 2022, acessado em <https://www.lse.ac.uk/international-development/Assets/Documents/PDFs/Working-Papers/WP206.pdf>

Naila Farouky, Development in Practice Vol. 26(5), “The State of Arab Philanthropy and the Case for Change”, 2016, acessado em https://www.researchgate.net/publication/305310082_The_state_of_Arab_philanthropy_and_the_case_for_change

Open Government Partnership (OGP), “Freedom of Association”, acessado em <https://www.opengovpartnership.org/policy-area/freedom-of-association/>

Open Government Partnership (OGP), “Global Report: Democracy Beyond the Ballot Box to open civic space”, acessado em <https://www.opengovpartnership.org/campaigns/global-report/>

Open Government Partnership (OGP), Norway Action Plan 2013-2015 “Simplification and Digital Administration of Arrangements for NGOs”, (NO0044), 2013, acessado em <https://www.opengovpartnership.org/members/norway/commitments/no0044/>

Open Government Partnership (OGP), “Protecting Civic Space: Lessons Learned and Actions to Take”, dezembro de 2021, acessado em <https://www.opengovpartnership.org/stories/protecting-civic-space-lessons-learned-and-actions-to-take/>

Open Government Partnership (OGP), Ukraine Amendments to the Law on Community Associations (UA0002), 2012, acessado em <https://www.opengovpartnership.org/members/ukraine/commitments/ua0002/>

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), “Development Assistance Committee (DAC) Recommendation on Enabling Civil Society in Development Co-operation and Humanitarian Assistance”, OECD/LEGAL/5021, 2021, acessado em https://21a29bf8-528b-4043-b9dc-caa23e5a1907.usfiles.com/ugd/21a29b_28465aa1649c4f35aa726fa18146e7d4.pdf

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), “Private Philanthropy for Development – Second Edition Data for Action”, dezembro de 2021, acessado em https://www.oecd.org/development/private-philanthropy-for-development-second-edition-cdf37f1e-en.htm_limited_philanthropy's_potential

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), “The Protection and Promotion of Civic Space: Strengthening Alignment with International Standards and Guidance with the landmark”, dezembro de 2022, acessado em <https://www.oecd.org/gov/the-protection-and-promotion-of-civic-space-d234e975-en.htm>

Philanthropy Europe Association (Philea), “The Philanthropy Environment in Europe”, dezembro de 2022, acessado em <https://philea.eu/wp-content/uploads/2022/12/The-Philanthropy-Environment-in-Europe-December-2022.pdf>

Philanthropy for Social Justice and Peace, “Philanthropy in Brazil Report”, maio de 2018, acessado em <https://wings.issuelab.org/resource/philanthropy-in-brazil-report.html>

Pledge for Change, acessado em <https://pledgeforchange2030.org/>

Rapporteur on the rights to freedom of peaceful assembly and of association”, A/HRC/50/23, março de 2022, acessado em <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc5023-access-resources-report-special-rapporteur-rights-freedom>

Spaces for Change, research report, “Unpacking the Official Construction of Risks and Vulnerabilities for the Third Sector in Nigeria”, outubro de 2019, acessado em <https://closingspaces.org/unpacking-the-official-construction-of-risks-and-vulnerabilities-for-the-third-sector-in-nigeria/>

Spaces for Change, “Nigerian CSOs Meet FATF/GIABA Assessors”, novembro de 2019, acessado em <https://spacesforchange.org/nigerian-csos-meet-fatf-giaba-assessors/>

Spaces for Change, “Pushing for More Effective Implementation of Recommendation 8”, maio de 2019, acessado em <https://spacesforchange.org/pushing-for-more-effective-implementation-of-recommendation-8/>

Sri Lanka government, University Grants Commission, “Obtaining Prior Approval for Receiving Foreign Grants to Sri Lanka from Other Governments / Foreign Development Partners / Foreign Institutions”, 2019, acessado em https://www.ugc.ac.lk/index.php?option=com_content&view=article&id=2243&Itemid=255&lang=en

Stanford Social Innovation Review, Kim Ogden, Sridhar Prasad & Roger Thompson, “Philanthropy Bets Big on Sustainable Development Goals”, setembro de 2018, acessado em https://ssir.org/articles/entry/philanthropy_bets_big_on_sustainable_development_goals#

Third Sector Foundation of Turkey (TUSEV), “An Analysis of the Application of Financial Action Task Force Recommendations and its Implication on Civil Society in Turkey”, fevereiro de 2021, acessado em <https://wings.issuelab.org/resource/an-analysis-of-the-application-of-financial-action-task-force-recommendations-and-its-implication-on-civil-society-in-turkey.html>

United Nations General Assembly, Report of the Special Rapporteur on the rights to freedom of peaceful assembly and of association Maina Kiai, A/HRC/23/39, 2013, acessado em https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session23/A.HRC.23.39_EN.pdf

United Nations, Human Rights Council, “Access to resources - Report of the Special Rapporteur on the rights to freedom of peaceful assembly and of association, Clément Nyaletsossi Voule, A/HRC/50/23, março de 2022, acessado em <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc5023-access-resources-report-special-rapporteur-rights-freedom>

United Nations, International Covenant on Civil and Political Rights, Article 22, acessado em <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-civil-and-political-rights>

United Nations, Office of the High Commissioner for Human Rights, “General principles on protecting civic space and the right to access resources”, novembro de 2014, acessado em <https://www.ohchr.org/en/documents/tools-and-resources/general-principles-protecting-civic-space-and-right-access-resources>

United Nations, Office of the Secretary-General António Guterres, Opening speech of the High-level Segment of the Economic and Social Council / Ministerial Segment of High-Level Political Forum, 2022, acessado em <https://media.un.org/en/asset/k16/k1647tu3uk>

United Nations, SDG Partnership Platform, “Toward the SDGs - Finding new ways to close the gap”, acessado em <https://sdgpp-kenya.org/>

United Nations, SDG Partnership Platform, “SDGPP in Kenya”, acessado em <https://www.sdgphilanthropy.org/Kenya>

United Nations, SDG Partnership Platform, “Kenya: Harnessing the Power of SDG Partnerships”, setembro de 2019, acessado em <https://www.sdgphilanthropy.org/Harnessing-the-Power-of-SDG-Partnerships>

United Nations, Universal Declaration of Human Rights, Article 20, acessado em <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>

United States Agency for International Development (USAID), “Donor Statement on Supporting Locally led Development”, Announcement at the 2022 Effective Development Cooperation Summit, dezembro de 2022, acessado em <https://www.usaid.gov/localization/donor-statement-on-supporting-locally-led-development>

WINGS, “Promoting an enabling environment for philanthropy and civil society: Impact Case Studies”, junho de 2019, acessado em <https://wings.issuelab.org/resources/35074/35074.pdf>

WINGS, “WINGS and EFC webinar: How can philanthropy engage around FATF?”, novembro de 2017, acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=c-DvxASgbmg&t=4s>

WINGS, “WINGS Transparency and Accountability Toolkit”, março de 2015, acessado em <https://wings.issuelab.org/resource/wings-transparency-and-accountability-toolkit.html>

World Movement for Democracy, Case Study – Nepal, acessado em <https://www.movedemocracy.org/case-studies/nepal>

Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é de exclusiva responsabilidade da WINGS e não reflete necessariamente as opiniões da União Europeia.

A WINGS é uma rede global de apoio à filantropia e organizações de desenvolvimento comprometidas em garantir que a filantropia atinja seu potencial máximo como catalisadora do progresso social. Nossa crescente comunidade de líderes de pensamento e agentes de mudança tem mais de 200 organizações-membro com atuação em 58 países.



W I N G S
ELEVATING PHILANTHROPY



wingsweb.org



[@wings_info](https://twitter.com/wings_info)



[@wingswebinfo](https://www.facebook.com/wingswebinfo)



[@wings-elevatingphilanthropy](https://www.linkedin.com/company/wings-elevatingphilanthropy)